

Acordo provisório não deixa Bresser otimista

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, mostrou-se pouco otimista com relação ao acordo provisório da dívida com os bancos credores. Em discurso durante almoço realizado na residência oficial do



Bresser Pereira

Embaixador do Canadá, John Peter Bell, ele afirmou que a dívida externa é um problema político, exigindo uma solução que passe pelos Governos dos países desenvolvidos.

Para Bresser, os bancos credores enfrentam uma situação difícil, com duas alternativas desagradáveis: emprestar ao Governo brasileiro US\$ 10 bilhões, que sofreriam uma desvalorização muito grande em função do deságio que os papéis da dívida do Brasil sofrem atualmente no mercado internacional, ou não desembolsar novos recursos, impossibilitando o pagamento de juros pelo País.

Como resultado dessas dificuldades, o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira está adiando novo encontro com o Governo brasileiro, previsto para dezembro. Bresser lembrou que, na década de 70, a dívida brasileira representava o dobro das exportações. Atualmente, o endividamento externo é

superior a quatro vezes o valor das exportações, com mais de US\$ 110 bilhões.

Durante o almoço de ontem, Bresser informou aos integrantes da Câmara de Comércio Brasil-Canadá que amanhã reúne-se com diretores das principais multinacionais com sede no Brasil para ouvi-los sobre a proposta brasileira de negociação da dívida. Ele disse que vai ressaltar a esses empresários que as multinacio-

nais também são sócias do Brasil.

O Ministro da Fazenda anunciou ainda a aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional, na próxima semana, da regulamentação da conversão da dívida externa em capital de risco. Segundo ele, a demora na regulamentação deveu-se à falta de tempo do Assessor Especial para a Dívida Externa, Fernão Bracher, sobrecarregado com as negociações com o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira.

O Ministro foi questionado por um empresário sobre a ausência do Governo nas principais questões de ordem econômica junto à Assembleia Nacional Constituinte. Bresser assegurou que o Governo tem dado sinais claros sobre seus principais interesses na elaboração da nova Carta Constitucional. Ele afirmou que tentou interferir pessoalmente em algumas questões, como a estabilidade no emprego.